

GLOBALIZADORES DO SÉCULO XXI: PAÍSES EMERGENTES E A GLOBALIZAÇÃO SUL-SUL

21st Century Globalizers: Emerging Countries and the South-South Globalization

Diego Trindade d'Ávila Magalhães¹

INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento dos emergentes, a inserção internacional desses países e suas implicações constituem uma vasta agenda de pesquisa em Relações Internacionais. Ainda há muito a ser debatido e compreendido. Exemplo disso é o impacto que tais países têm sobre o processo de globalização no século XXI.

É um consenso que os países emergentes estão alterando a lista das maiores economias do mundo. Estima-se que Brasil, Índia, Rússia e China (BRICs) constarão entre as seis maiores economias do mundo, juntamente com Japão e Estados Unidos da América, até 2050 (WILSON & PURUSHOTHAMAN, 2003). Mas que implicações acarretam esse fato? Como os emergentes alteram as características da globalização? É importante responder essas perguntas antes de partir para análises mais profundas sobre o impacto desses países sobre a ordem internacional. Para analisar o futuro da política internacional, é preciso ter uma clara noção da sua base material, que inclui, entre outros elementos, fluxos e redes econômicas e políticas globais.

No âmbito da opinião pública e mesmo no meio acadêmico, presume-se que a globalização contemporânea continua com as mesmas características no século XXI e que o crescimento econômico dos países emergentes é resultado desse processo e fortalece-o. Contudo, a globalização dos anos 1990 é diferente da atual. Surge, assim, a pergunta: como a inserção internacional de países emergentes como o Brasil tem alterado características da globalização?

¹Coordenador do curso de Relações Internacionais da PUC Goiás. Graduação e Mestrado em Relações Internacionais pela UnB. (diegotdm@gmail.com)

É fundamental aprofundar o debate acadêmico no Brasil sobre os temas de vanguarda no campo das Relações Internacionais. Um passo inicial nesse sentido é pesquisar dados relevantes e atualizados acerca da globalização no hemisfério Sul, com vistas a complementar os estudos existentes sobre a globalização, geralmente originados em países desenvolvidos.

Poucos discutem isto, que é cada vez mais evidente: em vários aspectos, os BRICs têm protagonizado papéis tradicionalmente desempenhados pelos países desenvolvidos. Por isso, propõe-se o conceito de país “globalizador”, com vistas a fortalecer um dos argumentos centrais aqui defendidos: o avanço da globalização depende da atuação de países que lideram o desenvolvimento e a difusão de tecnologias, constituem redes globais e determinam a direção dos fluxos transnacionais.

O foco deste artigo é a globalização, o substrato no qual desenvolve-se a ordem internacional do contexto pós-Guerra Fria. Estudam-se as novas características da globalização atual, em contraste com a da década de 1990. Países emergentes têm modificado características da globalização. Os BRICs são entendidos como países globalizadores no século XXI. O estudo de caso do Brasil demonstra essa associação entre a atuação dos emergentes e as novas características da globalização. Parte-se da seguinte pergunta: como a atuação brasileira no hemisfério Sul contribui para transformar a globalização?

O Brasil foi escolhido, entre outros motivos, porque está entre os BRICs – grupo das maiores economias emergentes, Brasil, Rússia, Índia e China –, é emblemático do processo de adensamento das relações Sul-Sul e algumas tendências na atuação do Brasil podem indicar o modo como a Rússia, a Índia e a China também modificam a globalização contemporânea.

É oferecida uma análise descritiva cuja metodologia pauta-se pelo positivismo behaviorista, o que implica enfatizar dados empíricos quantitativos. A estrutura usada por D. Held, A. McGrew, D. Goldblatt e G. Perraton (1999) em *Global Transformations: Politics, Economics and Culture* é usada como referência principal. Dados sobre fluxos comerciais, financeiros e de assistência – como doações, crédito

subsidiado, projetos de cooperação – serão usados como indicadores da atuação de países globalizadores no hemisfério Sul.

GLOBALIZAÇÃO

O que é globalização? Quais são suas características principais? A definição não é consensual. Sequer o termo globalização é unânime, já que alguns preferem mundialização. Outros, argumentam que falar em regionalização é mais pertinente. Não se pretende expor os diversos lados do debate terminológico, tampouco as controvérsias em torno do conceito de globalização.

Instrumentalmente, será utilizado o conceito simplificado de globalização, a partir de suas características básicas objetivamente verificáveis. Enfatizam-se algumas características da globalização, apontadas por D. Held, A. McGrew, D. Goldblatt e G. Perraton (1999), que analisam a globalização em suas dimensões espaço-temporais – alcance, intensidade, velocidade e impacto – e organizacionais – infraestrutura, institucionalização, estratificação e padrões de interação entre atores.

Tecnologia, redes e fluxos são palavras-chave do conceito de globalização, tendo em vista as novas tecnologias de transportes e de comunicações, o inédito aumento de fluxos globais e o incremento da constituição de redes transnacionais.

O desenvolvimento e o acesso a tecnologias de transportes e de comunicações são fatores determinantes do alcance, da intensidade, da velocidade e do impacto da globalização. Até o século XIX, a velocidade e o alcance da comunicação dependia da velocidade e do alcance dos veículos de transporte. Certas montanhas eram intransponíveis, certas distâncias, muito longas, dificultando ou mesmo inviabilizando a comunicação. A imagem clássica é da Grécia Antiga, quando a um soldado ateniense parte da batalha de Marathon, correndo dezenas de quilômetros, até Atenas, levando a mensagem da vitória (ofegante, o soldado faleceu, e desse antecedente surgiu o costume ocidental de realizar as chamadas “maratonas”).

Sem transporte, informações não chegavam muito longe. A comunicação ficou atrelada aos meios de transporte durante milênios. Informações tinham de ser transportadas por pessoas, cavalos, navios ou, após a primeira revolução industrial,

trens. A invenção do telégrafo (parte da segunda revolução industrial), no século XIX, foi revolucionária: a transmissão de mensagens começou a desatrelar-se dos transportes. Rádio, televisão, telefones vieram aprofundar esse processo. A terceira revolução industrial, que inaugurou a Era da Informação, implicou níveis inéditos de desenvolvimento e de acesso aos meios de comunicação, sobretudo nos anos 1990, com a rede mundial de computadores, internet. Navios do século XXI conseguem cruzar o Atlântico em dias, em contraste com os meses que tardavam as caravelas quinhentistas. O fluxo comercial, portanto, tornou-se mais veloz, já o fluxo financeiro, com a internet, tornou-se instantâneo.

Tecnologias de comunicação e de transporte facilitaram sobremaneira a constituição de redes globais. Redes constituem-se de um conjunto de atores internacionais, como empresas, Estados e indivíduos, que têm interações regulares e padronizadas em um ou mais temas da vida em sociedade. Castells (1999), que se aprofunda nesse conceito, entende que redes globais são uma nova morfologia social da sociedade contemporânea.

Sob a perspectiva da constituição de redes, torna-se mais fácil compreender a globalização como aumento de fluxos. Fluxos de pessoas, bens, serviços, capitais e de informações resultam das redes, que determinam a direção e o volume dos fluxos. Somente após o contato inicial entre atores de países diferentes, decide-se o que será transacionado, para onde e em que quantidade. Pode tratar-se da exportação de um automóvel, da importação de um software ou da transferência de uma tecnologia, por exemplo.

Redes e fluxos traduzem a interconexão entre o meio doméstico de um Estado e o meio internacional. Como consequência, tendem a aumentar o impacto de acontecimentos globais na realidade nacional e indicam a diminuição da rigidez das fronteiras estatais (HELD et al., 1999: 15-16). A globalização consiste em um aumento inédito do volume, da intensidade, da velocidade, do impacto e da institucionalização de fluxos transnacionais (ibid.). Essas transformações globais são evidenciadas nas diversas agendas das relações internacionais – política, cultural, financeira, comercial, produtiva, migratória, turística, militar, etc.

Alguns períodos históricos constam como antecedentes da globalização. Alexandre, O Grande, concretizou o pan-helenismo da Macedônia à Índia, constituindo uma rede de cidades (Alexandrias) pelo caminho. O Império Romano, até o século V d.C. também viabilizou redes e fluxos intercontinentais, assim como o Império Turco-Otomano, no século XV. Neste século, a famosa Rota da Seda mostrou o modo como pessoas poderiam implementar transações globais por meio de um sem número de redes entre Europa, Oriente Médio e Extremo Oriente.

Nesses períodos, houve sinais intermitentes de globalização. Entre os séculos XVI e XVIII, a era do mercantilismo (pré-capitalismo) engendra certa continuidade no processo de desenvolvimento que envolve avanço tecnológico (e.g. caravelas), constituição de redes (e.g. companhias de comércio) e fluxos (e.g. comércio triangular Europa-África-América). O advento do capitalismo, paralelamente à primeira revolução industrial, veio acentuar os fundamentos da globalização.

No século XIX, em termos comerciais, o estatuto do exclusivo colonial nas Américas foi gradualmente substituído pelo livre-comércio. Os fluxos financeiros passam a ser regulamentados por um sistema monetário internacional, o Padrão-Ouro (1871-1919), viabilizando o surgimento de um mercado global de commodities (PERRATON apud HELD et al., 1999: 150). Estabeleceu-se uma divisão internacional do trabalho, em que os países centrais do capitalismo exportavam produtos industrializados e importavam primários da periferia. Emergiram empresas multinacionais naqueles países, que passaram a investir nos países periféricos. Fluxos comerciais, financeiros e migratórios atingiram níveis sem precedentes, assim como a constituição de redes globais. Aumentou o alcance geográfico, a quantidade, a velocidade e o impacto desses fluxos (HELD et al., 1999: 236-237).

A imagem clássica da globalização do fim do século XIX é a do Império Britânico promovendo a criação de redes e de fluxos no mundo. Ingleses forneciam crédito, ferrovias, telégrafos, navios, serviços de eletrificação e uma série de outros símbolos do que se entendia como progresso, sobretudo nas Américas e na Ásia. “A Grã-Bretanha já se transformava de oficina do mundo em banco do mundo”, ofertando 45% de todos os investimentos no mundo entre 1875 e 1913 (DÖPCKE, 2001: 116).

Houve um recuo nesses indicadores de globalização, causado pelas duas grandes guerras entre 1914 e 1945. Já o pós-Segunda Guerra Mundial foi um contexto favorável à retomada do comércio internacional e à transnacionalização de empresas. Houve notável institucionalização da ordem econômica internacional, a começar com a criação de um sistema monetário, o Sistema Bretton Woods. Em 1948, o comércio mundial era apenas 3% maior do que o de 1913 (SATO, 2001). Mas, na Europa e no Japão, atores reergueram-se, redes foram reconstituídas e mercados foram abertos. Uma série de rodadas de comércio, no âmbito do Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT, sigla em inglês), promoveram fluxos de bens industrializados.

O comércio internacional ganhou imenso impulso a partir da década de 1970, apesar da quase estagnação nos anos 1980. Em 1973, o volume das exportações globais era um pouco mais que o dobro do PIB mundial; em 2003, era quase dez vezes maior, segundo a Organização Mundial de Comércio (OMC) (apud DAMOOEI, 2007).

Os fluxos globais de investimentos eram retomados sob a liderança de empresas multinacionais, que, nos anos 1950, eram quase todas estadunidenses. A partir dos anos 1970, empresas alemãs e japonesas internacionalizam-se e ganham espaço no mercado global aceleradamente. Esse tipo de corporação passou a exercer um papel central na internacionalização da produção e de serviços e, de modo geral, nos negócios globais (HELD et al., 1999: 237). Em 1970, a produção de subsidiárias de multinacionais representava 4,5% do PIB mundial; em 1995, 7,5% (ibid.: 238). Nos anos 1990, estima-se que um terço do comércio internacional seja intrafirma, ou seja, entre unidades de uma só empresa dispersas em diferentes lugares do planeta (ibid.: 240).

A globalização é um fenômeno é inexorável? Pode ser interrompido? Pode desacelerar e recuar? Sim para todas as perguntas. A globalização é estratificada, ou seja, há hierarquias no comando dos fluxos globais e há regiões em que os fluxos se concentram. A globalização estagna ou mesmo regride quando Estados protegem seus mercados e guerras interrompem fluxos, tal como ocorreu entre 1914 e 1918 e entre 1939 e 1945. O processo avança quando Estados abrem seus mercados e promovem a internacionalização dos negócios, como notavelmente ocorreu nos anos 1990.

GLOBALIZADORES

De que modo a globalização avança? A globalização não avança no mesmo ritmo, com a mesma intensidade e de modo homogêneo nas mais diversas regiões da Terra. As redes tornam-se mais numerosas e os fluxos mais intensos em determinadas regiões onde é maior o ritmo de crescimento das redes e dos fluxos comerciais, financeiros e sociais. O ritmo não é fruto do acaso nem determinado por um conjunto indiscernível de atores internacionais. A globalização avança sob a égide de alguns Estados em particular, que destacam-se por sediarem os maiores investidores, os maiores importadores, os maiores fornecedores de produtos de alto valor agregado e os maiores doadores de assistência humanitária.

Nos anos 1960, quase todas as multinacionais eram sediadas em países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), os mais desenvolvidos do planeta, incluindo Estados Unidos, Japão e os membros da União Europeia (UE) (ibid.: 245). Do total dos investimentos externos diretos (IEDs) no mundo, 67% destinavam-se aos países desenvolvidos em 1960; 77%, em 1980; e 73% em 1994 (ibid.: 246). O comércio internacional reflete essa mesma estratificação. Tais fluxos concentram-se no eixo Japão-Estados Unidos-Europa.

Em vez de homogeneidade, verifica-se uma heterogeneidade dos fluxos, pois refletem a divisão internacional do trabalho. Nos anos 1990, do total de IEDs em países desenvolvidos, 9% foram para o setor primário (agricultura e extração), 48% para o setor terciário (serviços); agora, em se tratando de países em desenvolvimento, 22% dos IEDs destinaram-se ao setor primário, enquanto 29,5% ao setor terciário (ibid.: 251).

A estratificação da globalização reflete o contraste entre os fluxos Norte-Norte (entre países desenvolvidos) e os fluxos Norte-Sul (entre desenvolvidos e países em desenvolvimento). As relações Norte-Norte tendem a ser mais simétricas: intenso fluxo de IEDs, predomínio do comércio de bens de alto valor agregado (bens industrializados e serviços). As relações Norte-Sul tendem a ser mais assimétricas: o Norte “globaliza” o Sul, com novas tecnologias, redes e fluxos. Assim, sobretudo entre 1980 e 2000, a terceira revolução industrial chegou a países como os BRICs, modernizando suas estruturas econômicas.

A estratificação dos fluxos globais derivou do adensamento dos fluxos já existia nos primeiros anos do século XX. Dois terços do comércio mundial realizava-se na Europa; Reino Unido, França e Alemanha respondiam por 37,6% das trocas mundiais (DÖPCKE, 2001: 117). Se em 1900, o primeiro nível de estratificação – onde os fluxos são mais densos – envolvia basicamente a Europa, o eixo Japão-Estados Unidos-Europa (ou Norte) consolidou-se no primeiro nível na segunda metade do século XX.

O primeiro nível da globalização pode ser associado à evolução dos mecanismos de gerenciamento da ordem econômica internacional. Nos anos 1970, o principal mecanismo de coordenação envolvia Alemanha, Japão e Estados Unidos sob o G-3; em seguida, surgiu o G-7, grupo das sete maiores economias do mundo, incluindo Reino Unido, França, Canadá e Itália (SPERO & HART, 1997).

Nos anos 1990, países do Norte constituem claramente primeiro nível de estratificação. O segundo nível de estratificação da globalização corresponde ao dos fluxos Norte-Sul. As tecnologias, os investimentos e a assistência originam-se do Norte em direção ao Sul, modernizando-o e globalizando-o. Nesse contexto, a despeito de uma série de crises – mexicana, asiática, russa, brasileira e argentina –, nota-se a emergência das maiores economias do mundo em desenvolvimento.

O reconhecimento da importância desses países para a economia mundial veio com a criação do chamado G-20 financeiro, em 1999, que inclui países do G-7 e países em desenvolvimento, como África do Sul, Arábia Saudita, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, Rússia e Turquia. Evidenciou-se a necessidade do G-20 no gerenciamento da ordem econômica durante a crise econômica mundial de 2008, que afetou sobretudo as economias do G-7.

Em suma, o que são países globalizadores? São aqueles que lideram o avanço da globalização nos países menos globalizados, investindo, exportando bens de alto valor agregado e promovendo assistência – doações, crédito subsidiado, projetos de cooperação. Nas interações Norte-Norte, países no eixo Japão-Estados Unidos-Europa globalizaram-se. No eixo Norte-Sul, os chamados países emergentes globalizaram-se, beneficiando-se de fluxos advindos do Norte. A industrialização da Argentina, do Brasil, do México e dos chamados tigres asiáticos – República da Coreia, Hong Kong,

Taiwan e Cingapura –, nos anos 1960 e 1970, justificou a criação do grupo dos “novos países industrializados” (NICs, sigla em inglês). Na década de 1980, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia foram considerados “novos tigres asiáticos”. Ex-países socialistas formaram o grupo de economias em transição. Muitos NICs e ex-socialistas passaram a ser chamados emergentes.

Países emergentes desenvolveram parques industriais significativos e tecnologias em determinados setores industriais de tal maneira que se diferenciaram de outros países do Sul. Em 1973, os setores agrícola e minerador respondiam por 77% das exportações dos países em desenvolvimento; em 1995, esse número foi de 36% (OMC apud KRUGMAN & OBSTFELD, 2003: 80). Nesse período, a exportação industrial por esses países passou de 22% para 62% (idem). Os BRICs, por exemplo, mudaram suas posições na divisão internacional do trabalho, atenuaram a dependência estrutural relacionada a crédito e a tecnologia, e melhoraram significativamente indicadores socioeconômicos domésticos.

Esses países passaram a exercer certos papéis tradicionalmente exercidos por países do Norte. O caso mais simbólico desse fenômeno é o da China, que recentemente tornou-se a segunda maior economia mundial. O país substituiu o papel do Japão como propulsor das economias do Pacífico e do Sudeste asiático, ao liderar o “vôo dos gansos”. Essa expressão explicava o crescimento econômico dos tigres asiáticos resultante das importações, da transferência de tecnologias e dos investimentos japoneses entre 1970 e 1990. Chineses disputam com os Estados Unidos o posto de maior parceiro comercial da África (NELSON, 2006). E a China tende a superar a importância dos Estados Unidos como investidora nesse continente. Em 2010, a China tornou-se o maior parceiro comercial da maior economia latino-americana, o Brasil (MDIC, 2011).

O caso da China exemplifica o processo de aumento da importância dos países em desenvolvimento na economia mundial, em especial para o mundo em desenvolvimento. Em 1990, os IEDs originados nos países em desenvolvimento totalizavam US\$ 147 bilhões, o que representava 7% do total de IEDs no mundo; em 2004, passaram a US\$ 1,3 trilhão, 13% do total de IEDs no mundo no ano de 2005

(OCDE, 2006: 11-12). Desde 2003, o crescimento dos IEDs advindos dos países em desenvolvimento tem sido maior do que o crescimento os investimentos originados nos países desenvolvidos, segundo dados da UNCTAD de 2005 (apud OCDE, 2006: 7-8). Do ranking das maiores corporações do mundo, vide Fortune 500, 26 eram sediadas em países em desenvolvimento em 1988; no ano de 2005, o número saltou para 61 (ibid.). O que é observado no âmbito do dos IEDs é visto também no comércio internacional. Segundo a OMC, o comércio Sul-Sul representava 11,5% do comércio global em 2000 e, em 2007, passou a representar 16,4% (REUTERS & O ESTADO DE SÃO PAULO, 2010).

Com o aumento da importância dos países do Sul, a tendência, portanto, é de que a globalização se torne menos estratificada, ou seja, mais equilibrada do ponto de vista da distribuição geográfica. Isso significa que a tendência é de que o valor dos fluxos Sul-Sul sejam equivalentes ao valor dos fluxos Norte-Norte e Norte-Sul nas próximas décadas.

A estratificação detectada nos anos 1990 tende a mudar, pois as relações Sul-Sul – terceiro nível de estratificação – estão se intensificando em um ritmo maior que o ritmo da globalização Norte-Sul (segundo nível). Assim, no século XXI, os emergentes têm sido fundamentais para integrar as economias menos globalizadas da América do Sul, da África e da Ásia. Por isso, aqueles países figuram atualmente como globalizadores.

BRASIL: PAÍS GLOBALIZADOR

O Brasil figura como globalizador? Se ficar claro que o país tem contribuído de maneira significativa para integrar outros Estados aos fluxos de investimentos, de comércio e de assistência, concluir-se-á que o Brasil é um globalizador.

No século XXI, iniciou-se uma rápida ascensão brasileira no contexto mundial. Entre 2001 e 2011, o crescimento econômico brasileiro anual tem sido de mais de 4,5%. Em 2010, o PIB brasileiro de US\$ 2,1 trilhões figurou como o sétimo do mundo (CIA World factbook, 2009; INDEX mundi, 2009).

Em 2009, os IEDs brasileiros no exterior totalizaram US\$ 100 bilhões, colocando o país na vigésima primeira posição no ranking mundial, ficando atrás de países desenvolvidos e alguns emergentes, como China, Rússia e Cingapura (CIA World factbook, 2009; INDEX mundi, 2009). Segundo o Banco Central do Brasil (BCB, 2011), em 2001, os IEDs brasileiros no exterior somaram US\$ 49 bilhões; em 2005, US\$ 79 bilhões; em 2009, US\$ US\$ 164 bilhões. Cabe observar que, considerando os dados do BCB, o Brasil estaria na décima sexta posição entre os maiores investidores do mundo. Em 2007, o Brasil figurou em segundo lugar entre os emergentes que mais investem no exterior (CAMAROTTO, 2007).

O comércio exterior do Brasil teve um acentuado crescimento. Sua participação nas exportações mundiais era de 0,88% no ano 2000; em 2005, o número subiu para 1,16%; em 2009, figurou com 1,26%. Tendo em vista (MDIC, 2011). Entre os maiores exportadores do planeta, passou da vigésima sétima posição para a vigésima terceira entre 2002 e 2010 (CIA World factbook, 2009; INDEX mundi, 2009). Estima-se que o país exportará mais de US\$ 200 bilhões em 2011 (MDIC, 2011).

Notavelmente, o eixo Norte-Sul ainda predomina, as relações econômicas do Brasil com países desenvolvidos são mais densas que as relações Sul-Sul. Mais de dois terços dos IEDs brasileiros concentram-se nos Estados Unidos e na EU, contudo, as relações econômicas Sul-Sul aumentam em ritmo muito mais acelerado que as relações do Brasil com o Norte (BCB, 2011). O aprofundamento da crise econômica nos Estados Unidos e na União Europeia, em 2011, pode implicar uma valorização das relações Sul-Sul, do ponto de vista dos investidores brasileiros.

O adensamento das relações Sul-Sul é evidente na composição do comércio exterior brasileiro. Segundo o MDIC (2011), no início do século XXI, países desenvolvidos absorviam 59% das exportações brasileiras e forneciam 65% das importações. Em 2010, esses números passaram, respectivamente, para 41% e 51%. O Sul passou a ser destino de 56% das exportações brasileiras e tornou-se origem de 48% das importações do país em 2010. Dois dos três maiores parceiros comerciais do Brasil são países em desenvolvimento, nesta ordem, China, Estados Unidos e Argentina.

No século XXI, aumentou a importância do Brasil na integração da latino-americana, investindo, financiando, adquirindo matérias-primas e fornecendo produtos industrializados (MAGALHÃES, 2010), assim, cumpre papéis análogos aos desempenhados historicamente pelos Estados Unidos. A economia brasileira, que já tinha papel relevante no setor externo dos membros do Mercosul, e aumentou suas relações com países andinos, sobretudo desde 2005, quando se completa uma rede de acordos de livre comércio que fizeram da América do Sul uma zona de livre comércio. Segundo o BCB, os investimentos brasileiros na América do Sul têm girado em torno de US\$ 7 bilhões por ano entre 2001 e 2009. Poucos países investem na região com semelhante regularidade e intensidade. Os investimentos brasileiros têm representado parte importante do total de investimentos recebidos pelos sul-americanos.

Em se tratando de assistência a países de menor desenvolvimento relativo e àqueles em conflito, estima-se que, somente em 2010, a ajuda direta oferecida pelo Brasil atingido US\$ 1,2 bilhão, incluindo US\$ 350 milhões para o Haiti e US\$ 300 milhões para o Programa Mundial de Alimentação (THE ECONOMIST, 2010). De ajuda indireta, só o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que oferece crédito subsidiado, totalizou US\$ 3,3 bilhões entre 2008 a 2010 (idem).

A título de definição, o Brasil entende que cooperação (ou assistência) é o total de investimentos a fundo perdido (sem expectativa de renda ou lucro) do governo federal voltado para estrangeiros – cidadãos, países ou organizações internacionais –, com o propósito final de melhorar condições socioeconômicas da população (IPEA/ABC, 2010: 17). Esse conceito é mais rígido que o adotado pela OCDE, que inclui fluxos de financiamento com pelo menos 25% de fundo perdido (idem).

A Agência Brasileira de Cooperação, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, teve um acréscimo significativo em seu orçamento, com vistas a fomentar a cooperação técnica Sul-Sul. Em 2003, foi usado R\$ 1,4 milhão; em 2010, o valor alcançou R\$ 33,5 milhões (ABC, 2011: 4). O maior parceiro institucional foi o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que recebeu R\$ 25,8 milhões em 2010 (idem: 5). Cerca de 50% dos projetos tem sido desenvolvidos na

África, e 40% na América Latina (ibid.: 9), priorizando as áreas de agricultura, saúde e educação (ibid.: 10). Os países que mais receberam recursos foram Moçambique, Timor-Leste, Guiné Bissau e Haiti (ibid.: 18), mas 77 países beneficiaram-se da cooperação técnica brasileira (ibid.: 20).

Recentemente, calculou-se que o Brasil, entre 2005 e 2009, contribuiu com R\$ 2,9 bilhões para oferecer ajuda humanitária; bolsas de estudo para estrangeiro; cooperação técnica, científica e tecnológica; e contribuições para organizações internacionais (OIs) – como o PNUD, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Programa das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, sigla em inglês) (IPEA/ABC, 2010: 19). O valor total da cooperação oferecida pelo país quase dobrou entre 2005 (R\$ 384 milhões) e 2009 (R\$ 724 milhões) (idem). A cooperação técnica e as bolsas de estudos para estrangeiros corresponderam, respectivamente, a R\$ 252,6 milhões e a R\$ 284,0 milhões em 2009 (ibid.: 20). Esses dois tipos de fluxos resultam, na prática em maior fluxo de informações, tecnologias e de pessoas, o que certamente contribui para o aprofundamento e para o avanço da globalização no hemisfério Sul.

CONCLUSÃO

Ainda que em menor proporção que a China, o Brasil tem contribuído significativamente para o adensamento das relações Sul-Sul e o consequente avanço da globalização. A atuação recente do Brasil nos países em desenvolvimento e nos de menor desenvolvimento relativo são coerentes com a ideia de que os países emergentes têm exercido papel central no avanço da globalização. Nesse contexto, à medida que transações (investimentos, comércio e assistência) Sul-Sul crescem mais que fluxos Norte-Sul no século XXI, verifica-se a tendência de mudança na estratificação da globalização. O terceiro nível de estratificação (Sul-Sul) tende a ultrapassar o segundo nível (Norte-Sul) nas próximas décadas.

Outra mudança inédita é a tendência de países do Sul substituírem os do Norte como principais vetores da globalização. Na década de 1990, a globalização avançava no eixo Norte-Sul. Os “globalizadores” do Norte – Estados Unidos, Japão, Alemanha,

Reino Unido, França etc. – envolveram o Sul nos fluxos globais. Assim, surgiram novos países globalizados, emergentes, Brasil, Rússia, Índia, China, entre outros. No século XXI, estes têm atuado cada vez mais como “globalizadores”.

O ritmo da expansão da globalização econômica para fora do primeiro nível de estratificação tem sido historicamente determinado por economias desenvolvidas, no âmbito das relações Norte-Sul. Nesse contexto, no Norte estão os grandes investidores, credores, consumidores, doadores e parceiros de cooperação em prol de países receptores. No entanto, a partir do século XXI, papéis tradicionalmente exercidos por países do Norte têm sido exercidos cada vez mais por países emergentes. Os BRICs, sobretudo, compram bens primários, fornecem bens industrializados, concedem empréstimos, aplicam investimentos, desenvolvem tecnologias e ofertam doações e cooperação.

A divisão Norte-Sul ainda é recorrente, mantendo o sentido original: Norte rico e Sul pobre, grosso modo. Com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, as cerca de trinta nações com alto índice de desenvolvimento (IDH) – acima de 0,9 – concentram-se nas áreas mais setentrionais do planeta (PNUD, 2005). O termo Norte, mais que o mero sentido geográfico denotativo, tem sentido conotativo de “referência”. Ou seja, o Norte inclui Estados que estão na égide das grandes mudanças na política internacional, concentram as redes os fluxos globais e determinam a direção destes. Contudo, no século XXI, está cada vez mais claro que certos países do Sul têm se tornado referência de algumas dessas mudanças. Do ponto de vista da Argentina e da Angola, por exemplo, as referências são o Brasil e a China. Por isso, entende-se que os emergentes simbolizam, hoje, o novo “Norte” do Sul.

REFERÊNCIAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em:
<<http://www.itamaraty.gov.br>> Acesso em: 20/02/2011.

CAMAROTTO, Murillo. “País sobe para 2º lugar em ranking dos emergentes que mais investem no exterior”. Valor Econômico. 17 de outubro de 2007.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CIA – Central Intelligence Agency. World Factbook. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>> Acesso: 20/05/2011.

DAMOOEI, Jamshid. Globalization: is it the promise for grater world economic convergence and a better and more equitable future for developing countries?. California Lutheran University, 2007. Disponível em: <http://lass.calumet.purdue.edu/cca/jgcg/2007/sp07/jgcg-sp07-damooei.htm> Acesso em: 01/06/2010.

DÖPCKE, Wolfgang. “Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918)”. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). Relações Internacionais – dois séculos de história: entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947). Brasília: IBRI, 2001. Vol. I.

FMI – Fundo Monetário internacional. World Economic Outlook Database Abril de 2008. Dados para o ano de 2007. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2008/01/weodata/index.aspx>> Acesso: 20/10/2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Banca quer emergentes incluídos no G7”. Folha de São Paulo. 03 de outubro de 2008.

HELD, D.; MCGREW, A.; GOLDBLATT, D.; & PERRATON, G.. Global Transformations: Politics, Economics and Culture. Stanford, CA: Stanford University Press. 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>> Acesso: 29/06/2010.

ICTSD – International Centre for Trade and Sustainable Development. “África na fronteira dos investimentos internacionais”. 25 de maio de 2009. Disponível em: <<http://ictsd.org/i/news/pontesquinzenal/47228/>> Acesso: 27/07/2010.

INDEX mundi. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com>> Acesso: 20/05/2011.

IPEA/ABC. Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Agência Brasileira de Cooperação. Brasília: IPEA, ABC, 2010.

LAPPER, Richard. “Brazil enters fray for African resources”. Financial Times. Johannesburgo, 08 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.ft.com/cms/s/0/bb7fb012-14da-11df-8f1d-00144feab49a.html?catid=431&SID=google>> Acesso: 27/07/2010.

KRUGMAN, Paul R. & OBSTFELD, Maurice. International Economic: Theory and Policy. Sixth edition. 2003

MAGALHÃES, Diego Trindade d’Ávila. A formação de uma comunidade de segurança na América do Sul. 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>> Acesso: 28/07/2010.

NELSON, Sonia Ambrósio de. “Expansão Econômica e Influência da China na África, Ásia e Pacífico”. Núcleo de Estudos Asiáticos. Cingapura, dezembro de 2006. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo_soniaanelson271206.pdf> Acesso: 27/07/2010.

PEIXOTO, Fabrício. “Investimento brasileiro no exterior cresceu 185% em 2008”. BBC Brasil. Brasília, 06 fev. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/02/090206_investimentoexteriorbrasil_fp.shtml> Acesso: 28/07/2010.

PNUD-ONU. Relatório de Desenvolvimento Humano 2005. Disponível em: <http://www.pnud.org.br> (acesso: 08/06/2007).

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). Relações Internacionais – dois séculos de história: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias). Brasília: IBRI, 2001. Vol II.

SPERO, Joan E. & HART, Jeffrey A. The Politics of International Economic Relations. 5. ed. New York: St. Martin’s Press, 1997.

REUTERS & O ESTADO DE SÃO PAULO. “Emergentes tentam elevar o comércio sul-sul”. Estadão. 9 de fevereiro de 2009. <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090209/not_imp320464,0.php> Acesso: 27/07/2010.

- RIBEIRO, Fernando J. & LIMA, Raquel Casado. “Investimentos Brasileiros na América do Sul: desempenho, estratégias e políticas”. Julho de 2008. Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2008/02012.pdf>> Acesso: 28/07/2010.
- SILVA, Luiz Inácio Lula da. “A Aposta Brasileira na África”. Valor Econômico. 29 de outubro 2007.
- SATO, Eiiti. Mudanças Estruturais no Sistema Internacional: a evolução do regime de comércio do fracasso da OIC à OMC. 20 de maio de 2001.
- THE ECONOMIST. “Brazil’s foreign-aid programmes”. The Economist. Brasília, 15 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/16592455>> Acesso: 27/07/2010.
- ZAKARIA, Fareed. O mundo pós-americano. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- WILSON, Dominic & PURUSHOTHAMAN, Roopa. Dreaming with the BRICs: the path to 2050. Global Economics Paper no. 99. New York: Goldman Sachs, 2003.

Artigo recebido em 06 de Agosto de 2011. Aprovado em 15 de Setembro de 2011.

RESUMO

O avanço da globalização foi historicamente determinado por economias desenvolvidas, no âmbito das relações Norte-Norte e Norte-Sul. No século XXI, os países emergentes têm sido responsáveis pelo avanço da globalização no eixo Sul-Sul. Estuda-se a aplicabilidade do conceito de país “globalizador” ao caso da atuação brasileira no Sul.

PALAVRAS-CHAVE

Globalização; Emergentes; Relações Sul-Sul.

ABSTRACT

Developed economies have historically determined the advance of globalization, in the context of North-North and North-South relations. In the twenty-first century, emerging nations lead globalization in the South-South axis. This study tests the applicability of the concept of “globalizer” to the case of Brazilian performance in the South.

KEY-WORDS

Globalization; Emerging Countries; South-South relations